

# Eles vieram para ficar

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO  
Consultor em estratégia

Neste mês de julho, dois processos eleitorais no cenário internacional foram destaque na mídia, um no início do mês e o outro nesta última semana. O primeiro foi o segundo turno da eleição legislativa na França. Com o a velocidade quase supersônica com que os assuntos entram e saem de pauta, vale a pena recordar o processo. Em junho, após a vitória contundente do partido de Le Pen nas eleições para o Parlamento Europeu, Macron, em um movimento tão inesperado quanto ouso, resolveu dissolver a Assembleia Nacional e convocar novas eleições (essa é a vantagem do parlamentarismo: as crises políticas são resolvidas com novas eleições, enquanto no presidencialismo a solução é o impeachment).

Muita gente criticou a decisão do presidente francês, apostando na vitória da extrema-direita e na desidratação absoluta de seu partido, com base no resultado do primeiro turno. Porém, mostrando sua habilidade, Macron impulsionou uma articulação com os partidos de esquerda e centro-esquerda tendo como mote o compromisso com a democracia liberal e a República. O sucesso dessa iniciativa apoiava-se na premissa de transformar o segundo turno em um plebiscito contra a extrema-direita, com os dois grupos somando forças em torno da candidatura mais bem colocada na disputa em cada distrito. O resultado foi uma verdadeira e surpreendente reviravolta que deslocou o partido de Le Pen do primeiro para o terceiro lugar. Não se pode negar que a estratégia de Macron se mostrou acertada.

O segundo fato relevante a ocupar o noticiário no mês inteiro foi o processo eleitoral nos EUA. O péssimo desempenho de Biden no debate da CNN, o atentado contra Trump e a apoteótica Convenção Republicana indicavam um crescimento irreversível da candidatura opositora — tudo isso potencializado pela resistência do atual presidente em abrir mão de sua candidatura, apesar da enorme pressão vinda de todos os lados.

Eis que, no último domingo, Biden usa suas redes sociais para anunciar que estava desistindo de concorrer à reeleição. Mesmo que esperada, a decisão não deixou de ser impactante. E mais ainda pela velocidade demonstrada por ele ao entrar em campo indicando a candidatura de sua vice-presidente. Desde então, os holofotes mudaram de lado, e tudo indica que, até a Convenção Democrata, será Kamala a ocupar o noticiário. Enquanto isso, os republicanos passaram a ter que repensar sua estratégia. A verdade é que o jogo por lá voltou a ficar aberto.

O fator comum a ambos os processos — e, sem dúvida, o mais importante — é o crescimento da extrema-direita e sua aliança com a maior parte da direita tradicional que, por sobrevivência e/ou oportunismo eleitoral, se rendeu ao populismo. O que explica esse fenômeno que está presente na Europa e no continente americano?

Um diagnóstico foi trazido por Pablo Ortellado em sua coluna intitulada Direita populista mostra força, na qual identifica a dificuldade do campo democrático e progressista em apresentar propostas para três questões muito

sentidas pela população: mais segurança, mais atenção e proteção à família, e mais pluralidade nas universidades e na mídia. Nesse terreno, o *establishment* limita-se à denúncia, recusando-se a construir alternativas.

Essa constatação é reforçada, no caso brasileiro, por Luiz Carlos Azevedo em sua coluna O 'transformismo' tomou conta da política brasileira, publicada aqui no *Correio Braziliense* em 14 de julho. Em um trecho, ele afirma, com absoluta precisão, que "setores de centro e centro-direita, de viés conservador, estão a reboque da extrema-direita reacionária, liderada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, tanto nas pautas do Congresso quanto na agenda das eleições municipais, onde o tema da segurança pública ganhou centralidade. A centro-esquerda deriva à direita, à esquerda, ao centro, em busca de sobrevivência; e a extrema-esquerda prefere permanecer isolada".

Este ano teremos eleições municipais, e uma pergunta tem sido constante nas análises políticas: essa situação vai ser a principal referência na construção das alianças eleitorais e nas campanhas? Como afirmei em outras oportunidades, a polarização estará presente apenas nos grandes centros, em particular nas 212 cidades com mais de 100 mil eleitores, sendo natural que influencie as regiões de seu entorno.

No entanto, outubro será o momento utilizado para o lançamento de candidaturas sem chance real de vitória, mas que acumularão forças para as eleições de 2026, de olho na renovação completa da Câmara de Deputados e de dois terços do Senado Federal.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## A grande família

Tomando a família como célula-mater da sociedade, como definido corretamente pela maioria dos sociólogos, é de se presumir que quaisquer alterações comportamentais nesse importante núcleo consanguíneo vão provocar mudanças drásticas também na coletividade. Assim como são as famílias, assim também é a sociedade. Fugir dessa máxima é impossível, já que o corpo social é formado de pessoas que, por sua vez, têm origem no seio familiar. Assim, temos que a sociedade é composta pela união de famílias diversas, com origens diversas, interesses próprios e comuns, todas reunidas de acordo com padrões preestabelecidos, segundo normas de convivência que miram hipoteticamente a paz e a harmonia entre todos. Pelo menos do ponto de vista teórico é assim.

De acordo com esse conceito, é possível buscar as raízes da desestruturação da sociedade na própria família. É lá que estão as causas primeiras a justificar o sucesso ou o fracasso dos grupos sociais. Por esse modelo, é possível inferir ainda que aqueles que por algum motivo, geralmente político-ideológico, desejam o aniquilamento da sociedade, a primeira ação a ser posta em prática é o desfazimento das famílias, quer usurpando suas funções primárias, quer tomando a formação de seus membros uma tarefa a ser realizada exclusivamente pelo Estado. E é aí que a coisa toda desanda.

O Estado é uma entidade fictícia, orientando-se de acordo com os interesses específicos de grupos no poder. A família, por sua vez, é algo real e onipresente. Por isso é que tomar a educação do indivíduo com base apenas nos interesses do Estado é algo capaz de conduzir e apressar o colapso de uma sociedade. Os regimes nazistas e comunistas tentaram, ao longo do tempo, adotar o modelo de formação dos indivíduos com base unicamente nos interesses do Estado. Deu no que deu.

O discurso do costume, da família e do patriotismo não deve ser combatido, enfrentado, mas acolhido com coragem na sua manutenção, onde a pretensão continue ao poder que emana do povo. O contrário disso é algo sempre presente nas estratégias de controle da sociedade e algo fundamental para aqueles que buscam a hegemonia totalitária do Estado sobre o indivíduo.

No sentido oposto, vemos que aqueles países que investiram na segurança e no bem-estar das famílias, proporcionando amparo real do Estado a esses grupos, são também aqueles que apresentam os melhores e mais duradouros Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Segurança alimentar, boa educação e atendimento de saúde pública de qualidade formam o tripé a sustentar as nações do chamado primeiro mundo.

Se a independência das famílias em relação ao poder do Estado é fundamental para o pleno e natural desenvolvimento desse núcleo, também é importante salientar que, sem o apoio institucional do Estado no amparo às famílias mais carentes, todo e qualquer esforço para a constituição de uma sociedade sadia é vão.

Há aqui uma fronteira muito delicada que jamais deve ser ultrapassada, mas que a falsa modernidade que caracteriza os Estados centralistas insiste em levar adiante. O que ocorre em nações como o Brasil, em que a pobreza e o assistencialismo político andam sempre de mãos dadas, é que o Estado insiste em formatar os indivíduos de acordo com os projetos ideológicos em andamento. Nesse sentido, a educação pública levada a cabo pelo Estado na atualidade tem tido um papel prático de questionável ao querer introduzir nas escolas conceitos e formulações pseudoeducativas que contrariam e até se chocam frontalmente com a educação típica e histórica das famílias brasileiras.

Não vale a pena aqui entrar nessas questões em pormenores, o que se constata, no entanto, é que, nos certames internacionais, que avaliam a qualidade da educação de cada país, o Brasil se coloca normalmente nas últimas posições. O fato é que, nessa grande família chamada nação brasileira, há o que preconizam aqueles que estão no poder momentaneamente, e há o que, de fato, realizam as famílias, ao buscar proteger seus membros das investidas inconvenientes e interesseiras do Estado.



## Tomem ciência!

» FERNANDO RIZZO

Diretor-presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e responsável pela organização da 5ª CNCTI

Há bons ventos soprando para a ciência no Brasil. Nos últimos anos, apesar dos desafios orçamentários, a produção científica ganhou protagonismo. Nos momentos mais difíceis, centenas de pesquisadores resistiram a deixar seus sonhos para trás e lutaram por seus laboratórios. A resistência deu frutos. Um relatório de 2023 da agência Bori, em parceria com a Elsevier, mostrou que o impacto da produção científica brasileira, de 1996 a 2022, cresceu 21%. Isso significa que ganhamos relevância: trata-se de um indicador internacional sobre quantas vezes um artigo científico brasileiro foi citado no lugar de outro da mesma área de conhecimento.

O impulso às pesquisas também deve muito ao reconhecimento da importância da atividade pelo brasileiro comum. Em tempos de fake news, vale destacar que, contra tudo e todos, a população acredita mais do que nunca no poder transformador da ciência. Quem duvida precisa conhecer os dados da pesquisa Percepção pública da ciência e tecnologia no Brasil 2023, encomendada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e conduzida pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE): 60% dos brasileiros têm interesse por ciência e 75% acreditam que os governantes devem seguir a orientação dos cientistas para resolver os problemas nacionais.

É nesse clima de confiança que acontece a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e

Inovação (5ª CNCTI), entre 30 de julho e 1º de agosto, em Brasília. Maior evento nacional do setor, tem um papel fundamental na orientação do futuro que almejamos alcançar. No longínquo 1985, a 1ª CNCT, sob o tema *Rumos do novo ministério*, desenhou as políticas do então recém-criado Ministério da Ciência e Tecnologia, hoje MCTI. Em 2024, o foco é compatibilizar crescimento e qualidade de vida: *Ciência, tecnologia e inovação para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido*.

O último lote de ingressos para ocupar as 1.800 vagas que darão acesso a grandes debates de interesse nacional se esgotou em 15 minutos. As inscrições para participação on-line também têm tido forte procura. Os brasileiros querem discutir extremos climáticos, fontes renováveis de energia, neoindustrialização, inteligência artificial, entre outros importantes temas que serão tratados no encontro.

Para entregar uma pauta alinhada com os interesses públicos e capaz de mobilizar a nação, a conferência abriu amplo espaço para reuniões preparatórias, que, nos últimos meses, envolveram mais de 70 mil participantes em mais de 200 encontros por todo o Brasil. Foram 14 conferências municipais, 26 estaduais e no Distrito Federal, 29 encontros temáticos, 157 conferências livres e cinco regionais (Sudeste, Norte, Sul, Centro-Oeste e Nordeste). A ampla mobilização reuniu academia, setor público e privado, sociedade civil e movimentos sociais para discutir e

sugerir diretrizes para uma nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), que guiará o setor na próxima década.

Essa força motriz, que se repete ano a ano, elevou o Brasil no Índice Global de Inovação. No ano passado, subimos cinco posições no ranking e, agora, ocupamos o 49º lugar entre 132 países, na primeira posição na América Latina. Não só queremos, como podemos mais, se considerarmos que essas conquistas aconteceram enquanto nós e o mundo enfrentávamos a dura realidade de uma pandemia de covid-19.

Em um cenário em que a ciência assume um papel vital, teremos, na próxima conferência nacional, o espaço ideal para debater grandes desafios atuais do país em quatro eixos temáticos: recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; reinustrialização em novas bases e apoio à inovação nas empresas; programas e projetos estratégicos nacionais; e ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social.

Além disso, temos o grande compromisso de ir além e propor uma ciência democrática que não se restrinja ao ambiente acadêmico, mas abrace todo o país, a ancestralidade dos povos indígenas, as tradições das comunidades quilombolas e as experiências cotidianas das periferias. Faz parte da essência da atividade científica contribuir para um desenvolvimento justo e sustentável.

### » A frase que foi pronunciada:

“Nossos filhos devem aprender a estrutura geral de seu governo e, então, devem saber onde entram em contato com o governo, onde isso toca suas vidas diárias e onde sua influência é exercida sobre o governo. Não deve ser algo distante, assunto de outra pessoa, mas eles devem ver como cada engrenagem na roda de uma democracia é importante e carrega sua parcela de responsabilidade pelo bom funcionamento de toda a máquina.”

Eleanor Roosevelt

### Pauta

» Publicada no DODF a regulamentação do processo eleitoral para escolha de conselheiros escolares, diretores e vice-diretores das unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

### » História de Brasília

Não dê cheques sem fundos. Não aceite cheques sem fundos. Amigos não dão cheques sem fundos. Respeite as instituições bancárias. (Publicada em 11/4/1962)